



Os arquivos do IAB/SP, SASP e ABEA como possibilidade de escrita da história da profissão do arquiteto e urbanista durante o Regime Militar (1964 – 1985)

IAB/SP, SASP and ABEA archives as a possibility for writing the architect's and urban planner's profession history during the Military Regime (1964 – 1985)

Los archivos IAB / SP, SASP y ABEA como posibilidad para escribir la historia de la profesión del arquitecto y urbanista durante el Régimen Militar (1964 - 1985)

VIDOTTO, Taiana Car¹

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Goes²

¹Centro Universitário Facens. Sorocaba, São Paulo, Brasil
taiana.car.vidotto@gmail.com
ORCID: 0000-0002-7498-3789

²Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo
anagoes@fec.unicamp.br
ORCID:0000-0001-7345-9558

Recebido em 31/10/2021 Aceito em 26/08/2022



1. Resumo

Nos últimos anos, pesquisas têm se debruçado sobre os arquivos das instituições profissionais em busca da construção de outras narrativas sobre a historiografia da arquitetura no Brasil. Objetiva-se com esse artigo apresentar os arquivos de três instituições representativas da profissão no Estado de São Paulo, sendo elas o Instituto de Arquitetos do Brasil, núcleo São Paulo (IAB/SP), o Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP) e a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA) como fontes para a construção de uma possível narrativa sobre a profissão. Por meio de uma pesquisa exploratória nos arquivos das três instituições, considerando o período do Regime Militar, foi possível atestar dois períodos. O primeiro deles, entre os anos de 1972 e 1979, chamado de atuação conjunta, e o segundo, entre os anos de 1980 e 1985, chamado de busca por identidade. A definição de tais períodos só foi possível pela análise dos documentos consultados a partir da Teoria Ator-Rede e do mapeamento das controvérsias buscando permanências e interrupções das ações institucionais e dos agentes presentes nas diretorias de cada instituição. Acredita-se que outras narrativas ainda podem ser construídas por meio de tais arquivos.

Palavras-Chave: arquitetura moderna brasileira, arquitetos e urbanistas, IAB/SP, SASP, ABEA.

2. Abstract

In recent years, different research has focused on the professional institutions archives in search of the construction of other narratives about the historiography of architecture in Brazil. The objective of this article is to present the archives of three institutions representing the architect's profession in the State of São Paulo - Institute of Architects of Brazil, São Paulo (IAB/SP), the Architects Trade Union (SASP) and the Brazilian Association of Schools of Architecture (ABEA) as sources for the construction of a possible narrative about the profession. Through exploratory research in the archives of the three institutions, considering the period of the Military Regime, it was possible to attest to two periods. The first of them, between the years 1972 and 1979, called joint action, and the second, between the years 1980 and 1985, called the search for identity. The definition of such periods was possible through the analysis of the documents consulted based on the Actor-Network Theory and the mapping of controversies seeking maintenance and interruptions of institutional actions, as well as and agents representing the directs board of each institution. As a conclusion, other narratives can still be constructed through such files.

Key-Words: Brazilian modern architecture, architects and urban planners, IAB/SP, SASP, ABEA.

3. Resumen

En los últimos años, la investigación se ha centrado en los archivos de instituciones profesionales en busca de la construcción de otras narrativas sobre la historiografía de la arquitectura en Brasil. El objetivo de este artículo es presentar los archivos de tres instituciones representantes de la profesión en el Estado de São Paulo, a saber, el Instituto de Arquitectos de Brasil, núcleo de São Paulo (IAB / SP), la Unión de Arquitectos del Estado de São Paulo (SASP) y la Asociación Brasileña de Escuelas de Arquitectura (ABEA) como fuentes para la construcción de una posible narrativa sobre la profesión. A través de una investigación exploratoria en los archivos de las tres instituciones, considerando el período del Régimen Militar, se pudo dar fe de dos períodos. El primero de ellos, entre los años 1972 y 1979, denominó acción conjunta, y el segundo, entre los años 1980 y 1985, denominó la búsqueda de la identidad. La definición de los períodos solo fue posible a través del análisis de los documentos consultados con base en la Teoría Actor-Red y el mapeo de controversias que buscan la permanencia e interrupciones de las acciones institucionales y agentes presentes en los directorios de cada institución. Se cree que aún se pueden construir otras narrativas a través de dichos archivos.

Palabras clave: arquitectura moderna brasileña, arquitectos y urbanistas, IAB/SP, SASP, ABEA.

4. Introdução

A história da profissão do arquiteto e urbanista foi narrada por meio da produção dos projetos arquitetônicos de seus representantes. No entanto, nos últimos anos outras narrativas passaram a ser construídas considerando as instituições representativas da profissão a partir dos seus arquivos. Dedecca (2012; 2015; 2018) realizou estudos sobre o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) desde o seu estabelecimento na cidade de São Paulo e sua atuação como espaço de sociabilidade junto aos ambientes culturais como os museus e as faculdades de arquitetura e urbanismo, até as suas relações com as Instituições que representavam o arquiteto em outros países da América Latina e do mundo. Para a autora, as Instituições se colocavam como espaço de discussão através dos quais foi possível revelar as movimentações e disputas no meio arquitetônico. Além disso, Dedecca (2018) apontou a possível construção da história da arquitetura moderna a partir das redes profissionais e das associações identificando em suas mudanças de rotas “questões importantes acerca das movimentações e disputas do meio arquitetônico”, bem como seu papel como “nós de sociabilidade e como círculos de reflexão”. Além da pesquisa de Dedecca, Nakandakare (2018) investigou a atuação do Instituto na disseminação da profissão do arquiteto moderno no país, por meio do diálogo com os poderes públicos dos Estados e de suas capitais, o contato com os arquitetos nas escolas de arquitetura e a instalação de núcleos estaduais do Instituto. O autor comprovou que entre os anos de 1945 e 1969 o IAB atuava como modelo suficiente para promover a profissão e o ensino de arquitetura, sendo a única instituição representativa que atuava junto às universidades e à sociedade civil divulgando o papel do arquiteto.

Contudo, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 novas instituições profissionais foram criadas como os Sindicatos dos Arquitetos e a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (ABEA) e estas também possuem um acervo a ser investigado. A criação dessas novas instituições se deu por meio da organização do IAB, e começou a ser debatida no VI Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Salvador (IAB, 1966). Sua finalidade principal era a atuar em defesa da profissão e o debate acerca de sua criação de deu logo após a aprovação da Lei 5.194 que Regulava o Exercício da Profissão do Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo a qual mantinha a sobreposição de atividades entre os engenheiros civis e os engenheiros-arquitetos (BRASIL, 1966).

Por sua vez, segundo Gutierrez (2013), a ABEA teve sua criação, assim como a dos Sindicatos, pelo apoio do IAB, o qual foi convocado pelo Ministério da Educação a participar da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) como “única entidade de abrangência nacional e, por isso, a “representante” dos interesses dos profissionais arquitetos e urbanistas envolvidos com a educação superior”. Com a criação da ABEA, Miguel Pereira, então presidente do IAB nacional, atestou que estava estabelecida a política do tripé.

“O IAB nacional está empenhado naquilo que seu presidente Miguel Pereira chama de política do tripé: dinamizar a entidade, prosseguir na luta pelo fortalecimento da Federação dos Sindicatos de Arquitetos e coordenar a criação do terceiro lado desse triângulo de atuação, a Associação das Escolas de Arquitetura” (Jornal Arquiteto no 05, 1972a, p.04).

À época de sua fundação a Associação vislumbrava os primeiros anos da vigência do Currículo Mínimo, aprovado em 1969, e a ampliação do número de faculdades e cursos privados de arquitetura. Após a sua fundação, segundo a publicação realizada pela ABEA, a Associação documentou, em 1973 e seu esforço, junto da CEAU, ao realizar encontros em todo o país de modo a debater o ensino de disciplinas específicas do curso de arquitetura e urbanismo (como o ensino de projeto, de conforto, de história e de estruturas). A principal iniciativa da Associação no período foi promover as discussões e lutar para aprovação de um novo Currículo Mínimo, em 1977. Sem lograr êxito, a instituição passou a se readequar na década de 1980, e pouco se tem registro de sua atividade nesse período, conforme atestado no livro da própria Associação.

Objetiva-se com esse artigo apresentar os arquivos das instituições representativas da profissão no Estado de São Paulo, sendo elas o IAB/SP, o Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP) e a ABEA como fontes para a construção de uma possível narrativa sobre a profissão. O olhar para tais arquivos se deu com foco no acervo que possuíam entre os anos de 1964 e 1985, período do Regime Militar. Diferentes em sua organização e constituição, foi por meio deles que se tornou possível compreender que tais instituições atuaram de forma conjunta em meio a Ditadura em defesa da formação e da atuação profissional do arquiteto e urbanista até o final dos anos 1970, e iniciaram a

década de 1980 buscando reforçar a identidade própria de cada uma delas. Desse modo, o artigo se apresenta dividido em três sessões: a primeira delas aborda os pressupostos teóricos que direcionaram o olhar às fontes presentes nos arquivos; a segunda expõe os arquivos das três instituições e a terceira expressa a narrativa que foi construída a partir da pesquisa realizada nesses arquivos.

A investigação dos acervos das instituições profissionais tem um amplo campo a ser explorado. Nesse sentido, entende-se que ao apresentar a pesquisa realizada seja possível incentivar novos olhares e questionamentos a estes arquivos. Assim, como João Batista Vilanova Artigas declarou em seu depoimento no evento organizado pelo IAB/SP – “Arquitetura e Desenvolvimento Nacional”, no ano de 1979, caberá não só aos arquitetos, mas a outros investigadores o “escrever nossa própria história”.

5. O olhar sobre os arquivos e suas fontes

Sabe-se que desde o século XIX o conceito e abrangência dos documentos históricos se ampliaram, especialmente com a Escola dos Annales e extensão das fontes para consulta. Além disso, entende-se que “o documento existe em relação ao meio social que o conserva” (KARNAL; TATSCH in PINSK, LUCA, 2015, p.21) e que diante de muitos documentos conservados, há uma quantidade superior deles destruídos ou não resguardados por seus produtores.

Por essa razão ao observar os documentos presentes nos arquivos das instituições representativas do ensino e da profissão do arquiteto também se questionou aqueles que não estavam ali – especialmente considerando documentos em série como jornais e outras publicações periódicas. Afinal, tudo o que se guarda ou arquiva, tem uma intenção (ALBUQUERQUE JR in PINSK, LUCA, 2015). Contudo, outros aspectos como a forma na qual o arquivo estava organizado não foram objeto de análise, considerando que a própria institucionalização dos acervos consultados se deu sem uma definição clara do que faria parte da documentação arquivada e o que não pertenceria a ela.

Além disso, adotou-se sobre os documentos a leitura traçada por Le Goff (2013) de abordar os materiais como documentos-monumentos. Segundo o autor, a memória coletiva e a história foram construídas a partir de documentos e monumentos, sendo os monumentos entendidos como herança do passado e os documentos, a escolha do historiador. A construção da história atual, não trata apenas de selecionar monumentos, mas de considerar os documentos como monumentos em si mesmos - “colocá-los em série, tratá-los de modo quantitativo”. Sobretudo se compreendermos os documentos como “uma escolha efetuada”. Nesse sentido, o olhar sobre as publicações das entidades se deu como uma visão sobre uma seleção do que desejavam preservar e divulgar, e não como o retrato do todo presente no período.

Ao buscar nos três arquivos documentos produzidos entre os anos de 1964 e 1985, não se pressupunha “uma sucessão cronológica e linear de causa e efeito” (NOVAIS; FORASTIERI, p. 11). Contudo, a organização cronológica dos documentos foi uma importante chave para perceber: “continuidades, emergências, rupturas, reiteraões assim como discursos e silêncios” (JACQUES; PEREIRA, 2018, p.12). Além disso, a organização das fontes em forma cronológica veio ao encontro da metodologia definida por Yaneva (2012), do Mapeamento das Controvérsias. Para a autora, ao executar esse mapeamento é possível conhecer meandros da ação coletiva, observando-os por diferentes pontos de vista. O primeiro passo para a execução do mapeamento das controvérsias é traçar a dinâmica entre os indivíduos, grupos e instituições, verificando como estes mudaram e progrediram ao longo do período analisado, por meio a busca de informações e fontes. Como ferramenta para tal mapeamento deve-se recorrer ao traçado do desenvolvimento cronológico dos eventos, ou seja, de uma linha do tempo. Assim, por meio do mapeamento das controvérsias e da construção de uma ordem cronológica da documentação encontrada nos três arquivos foi possível identificar “processos e práticas, incluindo a complexidade dos fenômenos” (YANEVA, 2012, p.05).

Em uma segunda etapa, iniciou-se um cruzamento das fontes entre as entidades e outros acervos consultados conforme sugerido por Bacellar (in PINSKY, 2014), com o intuito de investigar sobreposições “estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências”. Somou-se ao que foi levantado como fonte nos arquivos do IAB/SP, SASP e ABEA, textos de autoria de membros das diretorias das instituições citadas e periódicos em circulação na época, no sentido de contextualizar as fontes obtidas nos acervos consultados.



Além disso, a análise dessas fontes se deu, conforme apontado por Menezes (2003), como meio para adquirir conhecimento sobre os temas apresentados nas discussões institucionais, encontrando respostas às perguntas externas às fontes:

É normal e legítimo que projetos de investigação histórica surjam da descoberta ou reavaliação de fundos documentais ou coleções tipologicamente bem definidas e possam delas partir. No entanto, o próprio projeto de pesquisa deve estabelecer uma relação dialética permanente entre documentos e problemática histórica, mas ao cabo essa é a última que deve predominar (MENESES, 2003).

Outro aspecto que foi identificado nas fontes obtidas em tais acervos foram os agentes que as produziram e aqueles que estiveram presentes nos acontecimentos que os documentos narravam. Nesse aspecto foi empregada a Teoria Ator-Rede de Latour (2002), na qual o autor nos recomenda “seguir os atores”. Nesse caso, tomamos como atores ora os agentes das Instituições, ora as elas mesmas como atores, identificando sua participação como organizadores de eventos, por exemplo. Nesse sentido, a constituição de listas e tabelas para registro dos membros das diretorias nas instituições durante o período foi fundamental para seguir a atuação destes buscando possíveis trajetórias de um mesmo agente entre as três instituições. Os nomes foram consultados nas publicações realizadas pelas instituições que apresentavam os diretores eleitos e em documentos como as atas das assembleias das diretorias.

Deve-se considerar que para essa pesquisa o olhar sobre os arquivos e suas fontes se deu de forma exploratória, mas não excluiu a consulta de outros acervos complementares. Além dos arquivos das três instituições foram consultados outros acervos como o do Centro Cultural São Paulo, o Arquivo Histórico Wanda Svevo da Bienal de São Paulo e as Bibliotecas da FAUUSP, do IAU – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP São Carlos (Centro de Documentação - CEDOC de Jorge Caron), da FAU Santos, e da Belas Artes. As revistas também foram fontes importantes¹ consultadas a partir do Índice de Arquitetura Brasileira como a Revista Arquitetura, Revista AU, CJ Arquitetura, Construção São Paulo, Módulo e Pampulha. Além disso, foram consultados na Biblioteca da FAUUSP os exemplares do Jornal Arquiteto (à época ainda não digitalizado pelo IAB/SP). Séries especiais desse Jornal também foram encontradas no arquivo de Jorge Caron (os exemplares publicados diariamente no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos) e Edições sobre a Bienal de Arquitetura, ocorrida em 1973.

6. Os arquivos do IAB/SP, SASP e ABEA

Os arquivos do IAB/SP, do SASP e da ABEA foram consultados em diferentes momentos durante a realização da pesquisa e cada um deles se apresentou a partir de diferentes suportes e modos de organização. O arquivo do IAB/SP foi consultado em 2015 e nos últimos anos o Instituto tem atuado com o objetivo de digitalizar seu acervo, disponibilizando-o em seu site². No período de consulta ao arquivo no Edifício do Instituto havia um documento chamado “Índice do Arquivo de Documentos do IAB/SP” no qual cada caixa possuía um título, totalizando 242 unidades. A seleção das caixas a serem consultadas se restringiu àquelas que indicavam documentações relativas ao período entre os anos de 1964 e 1985.

Importante relatar que o Arquivo do IAB/SP fora estabelecido como iniciativa do Instituto em Minuta aprovada da Reunião do COSU, datada de 23 de abril de 1979 (IAB/SP, Arquivo Morto IAB, Caixa no 013, Assembleias 1979). Naquela época ele recebeu o nome de “Centro de Documentação e Memória do IAB” e tinha como objetivo principal reconstruir a história do Instituto, suas atuações, participações no campo social, político e cultural do Brasil, suas lutas, vitórias e caminhos. Como objetivo secundário o arquivo tinha como pressuposto manter e divulgar as publicações de interesse dos arquitetos; sistematizar os documentos existentes na sede; promover depoimentos de arquitetos que participaram

¹ A variedade de fontes também é um aspecto importante destacado pelo mapeamento de controvérsias (YANEVA, 2012).

² No site do IAB/SP hoje é possível realizar a consulta de documentos sobre o projeto da sede do Instituto, os Boletins, os exemplares do Jornal Arquiteto, os documentos referentes às Bienais Internacionais de Arquitetura, as premiações realizadas pelos Prêmios Rino Levi e Carlos Barjas Millan bem como documentos relativos aos Congressos Brasileiros de Arquitetos (<https://www.iabsp.org.br>).

de sua história; divulgar os documentos; sistematizar os noticiários na imprensa sobre o IAB, Arquitetura e Arquitetos; sistematizar publicações de livros, teses e textos de arquitetos; sistematizar arquivos de projetos; Para tal, seriam abertas três frentes de trabalho: Frente A (Centro de Documentação, publicação e divulgação, a cargo de Luiz César, Cecília, Henrique e Galo); Frente B (Depoimentos de arquitetos que efetivamente participaram da história do IAB, a cargo de Marlene Acayaba e Helene); Frente C (Levantamento de Produção, publicações dos arquitetos paulistas fora do âmbito da instituição, a cargo de Maria Helena Flynn). Além dele ter sido uma iniciativa do próprio Instituto, desde a década de 1950 instalado em edifício próprio, o arquivo pôde permanecer no mesmo endereço (em que se pese suas diferentes condições de armazenamento ao longo dos anos).

Nele foram consultadas as caixas que possuíam documentação do período de estudo (1964 a 1985), entre as quais estavam a Caixa 003 (Encontro de Arquitetos 1977, Campinas); Caixa 007 (Terceiro Encontro Estadual de Arquitetos, setembro de 1982), Caixa 012 (Atas das Assembleias de 1954 a 1986); Caixa 013 (Atas das Reuniões de 1980 a 1981); Caixa 097 (Gestão de 1974 a 1975); Caixa 098A (Gestão de 1976 a 1977); Caixa 098B (Congressos Brasileiros de Arquitetos 01 a 09); Caixa 107A (Livros de Registros de Atas do Período de 1946 a 1975); Caixa 124 (Reunião dos Núcleos GT 3 – Ensino e Universidades); Caixa 148 (Documentos Diversos 1963 a 1975) e Caixa 151 (Cursos Anos de 74, 75, 85, 86 e 87). O que mais chamou atenção foi a descontinuidade dos documentos encontrados e uma série incompleta de dados, especialmente nos registros de atas das assembleias das diretorias. Se por um lado a Caixa 107B apresentava um livro de Atas de Assembleias com reuniões do Conselho Diretor de 03/08/1965 a 18/04/1970, as Assembleias dos anos seguintes não se encontram nos registros de forma contínua, sendo localizadas nos arquivos as séries subsequentes dos anos as atas do Biênio 1972 – 1973 (Caixa 107A - Livro de Atas 1946 - 1975), do Biênio 1976 e 1977 (Caixa 012 - Grampeadas - Assembleias 1976 – 1977) e alguns registros das Assembleias do ano de 1979 (Caixa 013). Com a ausência das atas do início da década de 1980 buscou-se identificar outras documentações do período, sobretudo das revistas publicadas e dos eventos ocorridos de modo a compreender a atuação da instituição nesses anos.

Entre os documentos disponíveis nessas caixas estavam relatórios, temários e regulamentos dos eventos organizados; diversos textos redigidos sobre temas em debate à época; atas das assembleias da diretoria do Instituto; circulares; cartas e informes. Os Boletins do Instituto e alguns outros documentos foram encontrados bastante segmentados no período estudado. Estão disponíveis nos arquivos dois boletins do ano de 1968; dois de 1975; um de 1978, dois de 1979; três de 1980; quatro de 1983 e dois de 1984. Não se pode apontar os motivos exatos dessa descontinuidade, mas ela foi simultânea ao período de ausência de liberdade enfrentado pelo Instituto, de baixa participação profissional e baixa arrecadação.

Em um segundo momento, foi consultado o arquivo do SASP. Diferentemente do arquivo do IAB/SP, o arquivo do SASP não estava organizado sistematicamente e não possuía um índice que indicasse o conteúdo das caixas. Algumas delas tinham uma etiqueta externa, mas sua maioria não. Em uma primeira visita, no ano de 2016, foi constatado que o arquivo não possuía uma sistematização, misturando caixas com identificação do conteúdo e uma série de outras caixas sem nenhuma identificação. Nesse momento, foram registrados alguns documentos como “Dossiê da Cooperativa dos Arquitetos” e alguns Boletins dos anos de 1983 e 1984.

No início do ano de 2017, após contato com a diretoria do SASP, foi iniciada uma pesquisa no acervo para identificar se nas caixas sem identificação de conteúdo havia alguma fonte do período relativo à pesquisa. Nesse processo, foram abertas todas as caixas disponíveis no acervo e identificadas quarenta e quatro caixas com documentos administrativos – grande parte delas com movimento contábil e guias de contribuição sindical – e 53 caixas com documentos que passaram a constituir uma série chamada “Arquivo Memória SASP”. Nessas caixas foram encontradas fontes relevantes para a pesquisa, especialmente nas Caixas 14 (da série de documentos administrativos) e nas Caixas 02, 03 e 07 da série “Arquivo Memória SASP”. Entre as fontes estão Atas das Assembleias das Diretorias, documentos sobre as campanhas pelo Salário-Mínimo e documentos trocados com a ABEA, como cartas e informes. O volume de documentos encontrados no SASP foi expressivo e uma sistematização profissional do arquivo certamente abriria mais fontes para a pesquisa. Deve-se considerar que entre as mudanças da Sede do SASP, os diretores relataram que, provavelmente, parte do arquivo se dispersou. Da mesma forma que no arquivo do IAB/SP, a série de documentos encontrados não foi contínua, mas trouxe grande contribuição na compreensão do papel do Sindicato.

Por sua vez, os documentos da ABEA consultados faziam parte do acervo digital da Associação, com textos, boletins e atas de alguns encontros promovidos. Também compunham o acervo os estatutos da Associação e documentos nos quais debatiam o Currículo Mínimo. Além disso, optou-se por coletar as publicações da Associação e da Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) disponíveis nas Bibliotecas consultadas como a da FAUUSP, a da UFRGS, da UFMG e da Belas Artes em São Paulo, bem como no arquivo do IAB/SP. Considerou-se a publicação recente sobre a sua história³ e os documentos disponíveis em seu site.

Nos três arquivos todos os documentos consultados foram analisados para além do conteúdo textual presente, identificando informações como anotações, carimbos nas folhas de rosto que atestavam endereços e outras informações institucionais.

7. Uma narrativa possível

Ao consultar o acervo das Instituições e construir a ordem cronológica da documentação encontrada no acervo, bem como a busca por sobreposições, permanências e ausências foi possível identificar dois períodos na história das instituições profissionais paulistas. Tais períodos foram estabelecidos por meio da leitura das fontes documentais. O primeiro deles, definido como Atuação Conjunta (1973 – 1979) comprovou-se como um período no qual o IAB/SP atuou compartilhando membros da sua diretoria com as diretorias das instituições recém-criadas no sentido de estabelecer bases para a consolidação da política do tripé e do chamado “sistema estratégico do campo profissional”⁴ (ABEA, 1982). Nas suas diretorias nesse período, por meio da sequência dos agentes segundo Teoria Ator-Rede, transitaram em mais de uma instituição de forma simultânea: Pedro Paulo Saraiva (1972-1973 e SASP); Alfredo Paesani (1972-1977 IAB/SP e 1972-1973 / 1978 - 1979 SASP) e Geraldo Vespaziano Puntoni (1974-1977 IAB/SP e 1972 - 1979 SASP). Ocuparam cargos nas diretorias, alternando entre uma e outra instituição Lúcio Gomes Machado (1972-1973 IAB/SP; 1978-1979 SASP); Oswaldo Correa Gonçalves (1972-1973 IAB/SP; 1976 – 1977 – ABEA); Jon Maitrejean (1972-1973 IAB/SP; 1978-1979 SASP); Maria Giselda Cardoso Visconti (1972-1973 IAB/SP; 1978-1979 SASP); Israel Sancovicz (1972-1973 SASP; 1976-1977 IAB/SP); Ruy Gama (1974-1975 IAB/SP; 1976 – 1977 ABEA); Eduardo Corona (1974-1975 IAB/SP; 1976 – 1979 ABEA); Paulo Sérgio de Souza e Silva (1978-1979 IAB/SP; 1974 - 1977 SASP); Luiz Claudio Villares (1976-1977 IAB/SP; 1978 - 1979 SASP). Além da presença dos diretores em comum, IAB/Sp e SASP ocupavam o mesmo espaço físico à Rua Bento Freitas, enquanto a ABEA estava sediada na FAUUSP, mantendo as três instituições próximas umas das outras geograficamente.

A consolidação da “política do tripé” se deu em um momento no qual o ensino e a profissão dos arquitetos passavam por uma transformação. A formação dos arquitetos, impactada pela política educacional nacional, resultante do acordo MEC-USAID, era definida pelo Currículo Mínimo (1969). Este permitiu a ampliação do número de faculdades sem um cuidado com a qualidade do ensino ofertado. Naquele momento, a maioria das novas vagas do ensino superior foram criadas nas faculdades privadas, as quais seguiam este padrão imposto como um modelo suficiente. Com a demanda crescente por vagas na capital paulista, o IAB não hesitou em apoiar a criação dos novos cursos. Um dos relatos encontrados na pesquisa, do arquiteto Jorge Caron apresentava essa postura institucional, enquanto pelo MEC não havia preocupação com a qualidade dos cursos. Segundo o arquiteto, responsável pela criação do curso de Arquitetura do Centro Universitário Belas Artes, a única preocupação era “se seriam ministradas todas as disciplinas que o currículo mínimo determina, carga horária, recursos financeiros e a saúde financeira da instituição” (PINTO, 1989, p.152). Junto à documentação do MEC se incluía uma carta do IAB “afirmando que o mercado ainda está absorvendo profissionais” (PINTO, 1989, p.153). Nesse contexto, o IAB foi convidado para fazer parte da CEAU e não apenas indicou membros através do IAB para compô-la, mas idealizou a criação de uma instituição que pudesse dialogar com essa instancia federal. Como resultado, houve a criação da

³ A publicação “A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os anos 40 da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo”, organizado por Ester Gutierrez em conjunto com Ana Maria Reis de Goes Monteiro, Gogliardo Vieira Maragno e Wilson Ribeiro dos Santos Junior.

⁴ Esse sistema estratégico profissional veio a ser completado em 1979, com a fundação da FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas, que congregou os Sindicatos e Associações Profissionais.

ABEA.

Nestes primeiros anos da atuação conjunta do IAB/SP, SASP e ABEA o propósito era de que elas se estabelecessem e consolidassem seu espaço junto aos arquitetos. Pôde-se atestar essa atuação por meio dos documentos que comprovaram a união entre o IAB/SP e o SASP na criação do Jornal Arquiteto. Essa se consolidou na gestão da diretoria do IAB/SP de 1972-1973. Deve-se considerar que a criação de um Jornal próprio já fazia parte dos planos do IAB/SP desde a década de 1960, mas só se efetivou em conjunto com o SASP (VIDOTTO, 2020). Na primeira edição do Jornal, IAB e SASP definiram-no como a “porta-voz de todos os arquitetos” por meio das duas instituições que lutavam pela “promoção do arquiteto e da arquitetura no Brasil (JORNAL ARQUITETO n° 01, 1972a, p.01).

Além do Jornal, as duas instituições atuaram na promoção do Convênio Cultural, o qual atuava oferecendo cursos para formação continuada de arquitetos. Segundo Caron (1974) estava havia sido uma iniciativa do Sindicato para instrumentalizar os arquitetos em relação ao mercado de trabalho, integrar colegas e promover atividades didáticas. A criação do Convênio com o IAB⁵ se deu posteriormente, a partir de dois argumentos: a cessão do mezanino da sede do IAB para as atividades culturais do SASP e a reunião das atividades culturais de ambos os órgãos de classe demonstravam “uma unidade de atuação” (CARON, 1978). Uma série de cursos foram criadas e o convênio contava sempre com a participação, na coordenação conjunta de Caron como representante do SASP, de um coordenador do IAB/SP.

Outra iniciativa destes anos de atuação conjunta entre o IAB/SP e o SASP foram os Encontros Estaduais de Arquitetos. O primeiro deles, realizado em Campinas em 1977; o segundo e o terceiro na cidade de São Paulo, nos anos de 1979 e 1982. Todos os três encontros visavam discutir a atuação profissional e política do arquiteto, bem como sua formação. Entre os temas estavam sua relação as autarquias públicas, as transformações da profissão, o ensino e as diferentes formas de trabalho, como a iniciativa da Cooperativa de Arquitetos da Região Metropolitana de São Paulo, apresentada no I Encontro (Regulamento, 1977; IAB/SP, Caixa 007 do Arquivo; IAB/SP e SASP, 1982 b, s/n).

Por parte da atuação conjunta envolvendo a ABEA, as participações do IAB/SP nas reuniões com a CEAU mostravam uma cumplicidade e um certo incentivo do Instituto para dar força e representatividade à Associação, ou vice e versa. Com isso, a Associação promoveu um esforço no sentido de propor um novo Currículo Mínimo, gestado também com apoio do SASP. As discussões para o novo Currículo foram iniciadas pela ABEA nos encontros que se deram entre os professores de disciplinas específicas nos anos de 1974 e 1975. Em 1977, foi realizado o Encontro de Ouro Preto no qual reuniram-se as comissões representativas de cada escola e estabeleceram-se resoluções para o ensino de arquitetura. Posteriormente, em 1978, foi realizado um evento para a definição de “Proposta sobre o desenvolvimento dos estudos relativos ao novo Currículo Mínimo, aprovadas na reunião CEAU/ABEA, com as escolas de Arquitetura e Urbanismo, IABs e Sindicatos”, em 13, 14 e 15 de dezembro de 1978⁶ Como resultado, foi proposto um novo Currículo, analisado por anos pelo MEC, sem aprovação. Este, defendia a unicidade do ensino de arquitetura, sem especializações. Quanto a criação de novas escolas também se questionava outros problemas que não seriam resolvidos apenas com o estabelecimento de um novo currículo mínimo. Segundo Graeff, havia uma reocupação com o sucateamento das faculdades resultante do “espírito empresarial” (JORNAL ARQUITETO – PROJETO no 11, 1978).

Ao final da década de 1970, após a realização do IX CBA (1976) e o I EEA (1977) decisões tomadas pelo IAB/SP e pelo SASP, especialmente, iniciaram um novo período nas relações entre as entidades, quando passaram a buscar rumos distintos. No IX CBA, o IAB/SP foi acusado pelos autores do texto sobre a FAU São José dos Campos, junto com as demais entidades, de ter uma ação tendenciosa na defesa da formação, ou seja, de não lutar pelas demandas dos estudantes. Ao mesmo tempo, foi exposto o conflito com os estudantes que participaram do evento e não puderam votar nas

⁵ Cursos IAB/SASP: um retrospecto destes três anos. **Arquiteto n° 28**, São Paulo, (Ano III, no 28 – Setembro 1975c), p.06.

⁶ Essa proposta e as discussões que se deram até 1981, resultou na submissão de um Currículo Mínimo ao Conselho Federal de Educação.

assembleias que envolviam as decisões relativas à profissão. Se pelo lado do IAB/SP existia a intensão de se apresentar como um Instituto que agregava todos os arquitetos, na prática esse discurso não se cumpria. Por sua vez, SASP se via focado na consolidação e atuação da Cooperativa apresentada no I EEA – atraindo recém-formados e assalariados. Outros aspectos que destacavam a tomada de rumos distintos entre as instituições foram o episódio de rompimento do Convênio Cultural, do qual fizeram parte Jorge Caron e Júlio Katinsky além do encerramento da publicação do Jornal Arquiteto – que veio a transformar-se na Revista Projeto – no formato que havia sido iniciado em 1972.

Entre os anos de 1978 e 1979, para Maitrejean, o SASP conseguiu se tornar independente, criando “uma base estrutural e administrativa que fornecesse às próximas gestões as condições necessárias para o desenvolvimento do ideal sindical dentro da nossa categoria” (ARQUITETO/SP ESPECIAL, 1992). O resultado, foi o início da década de 1980 com sua atuação mais próxima do PT e da CUT. Observa-se aqui que os arquitetos do Sindicato se posicionavam junto ao grupo dos demais trabalhadores do país e não mais com o grupo dos profissionais liberais.

Após esse momento de atuação conjunta, o arrefecimento das relações entre SASP, IAB/SP e ABEA levou a definição de um segundo período, chamado de busca por identidade (1980-1985). Nesses primeiros anos da década de 1980 houve uma grave crise econômica nacional, inflação crescente e a evasão dos investimentos das empresas de projeto. Com a falta de empregos, intensificaram-se os problemas da participação dos arquitetos nas Instituições – que sofreram com a baixa representatividade e adesão de profissionais. Para as empresas de engenharia, essa foi uma fase de internacionalização, pois há o arrefecimento dos investimentos do Estado nas obras nacionais (CAMARGOS, 1994). Para a profissão do arquiteto, junto com a recessão econômica, esse período foi de luta pela sobrevivência.

Foi em 1980, duas mudanças de endereço foram notáveis, trazendo um novo distanciamento entre as instituições – o SASP mudou para uma sede independente do IAB/SP, na Rua Avanhandava, enquanto a ABEA passou a ocupar uma sala no Edifício da FEBASP, na Praça da Luz. Deve-se considerar que com a criação do curso da FEBASP em 1979, diversos professores da instituição atuavam no Sindicato do que o IAB/SP, como Jorge Caron, Juan Villa e Nabil Bonduki.

Se no período de atuação conjunta das instituições foram levantados três agentes que ocuparam cargos simultâneos em duas das três instituições e outros 09 que estiveram transitando entre elas, no segundo momento de busca por identidade foram poucos os diretores das Instituições que ocuparam espaços simultâneos em mais de uma delas. Foram eles José Carlos Ribeiro de Almeida, ocupando posições na diretoria do SASP e do IAB/SP no biênio 1980-1981 e Vânia Moura Ribeiro, no biênio 1982-1983. Como abordado, não se pode atribuir relações de causa e consequência a essa movimentação, mas também é inegável atestar as ações conjuntas promovidas nesse primeiro período, em detrimento de uma posição mais independente de cada entidade nos anos subsequentes (VIDOTTO, 2020).

Nesse período, o IAB/SP e o SASP adotaram visões distintas quanto ao mercado de trabalho. Para o IAB, a precarização do trabalho que se apresentava não tinha relações com a expansão do ensino e o aumento do número de profissionais recém-formados. Já, para os membros do SASP todos esses indicativos eram resultado da política do Regime Militar e impactavam diretamente a vida dos arquitetos. Outro aspecto que se pensava enquanto rumos distintos era a saída do CREA. Enquanto para o IAB/SP criar um Conselho autônomo era medida inadiável, o SASP acreditava ser possível criá-lo a partir da Câmara de Arquitetos estabelecida em meio ao CONFEA. O que era consenso era a falta de representatividade dos arquitetos inseridos no sistema CREA/CONFEA (ANAIS, 1979).

Observou-se que o IAB/SP, o SASP e a ABEA, objetivavam defender os interesses dos arquitetos em todas as frentes – no ensino, na atuação profissional e na promoção do campo profissional. Os estatutos mostram-nos as sobreposições de objetivos presentes, incluindo um ilusório posicionamento apolítico defendido por cada uma das instituições. Ainda que fosse atribuição da ABEA ocupar “seu verdadeiro espaço político na liderança do movimento pelo aprimoramento do ensino de Arquitetura, da pesquisa, da carreira docente e da autonomia administrativa, financeira e didática dos cursos de arquitetura” (ABEA, 1982, s/n), sabe-se que não apenas o IAB/SP mas o SASP seguiam interferindo nos processos de discussão em meio às crises no ensino, mediando conflitos entre as instituições os cursos e faculdades de arquitetura, seus gestores e alunos. O SASP atuava também na defesa dos

arquitetos professores quanto seus regimes de contrato de trabalho não eram cumpridos, como no caso ocorrido na FAU Santos no ano de 1982 (PROJETO, nº 42, 1982).

Juntas, as três entidades acreditavam em uma regulamentação profissional autônoma e em um novo Currículo adequado a todo o país. Além disso, nenhuma delas renunciava à atuação do enquanto generalista. Ainda que surgissem propostas quanto ao retorno do ensino de urbanismo como um curso de pós-graduação, conforme a Legislação da FNA de 1945 (FNA, 1945), e defendessem formações específicas nas áreas de paisagismo e uma melhor preparação dos estudantes para as diversas áreas da profissão – design, comunicação visual e urbanismo – compreendiam o arquiteto como aquele profissional definido na década de 1960. Assim, seguia-se com o ideário do arquiteto como coordenador de projetos, cuja atuação profissional se dava como liberal, sem que seu trabalho fosse confundido com a atuação de um desenhista/projetista. Percebe-se também, que ao final da década de 1980, houve uma busca pela unidade da categoria. Assim, esperavam-se lutar pela transformação do ensino e da profissão de forma democrática e coletiva, o que não havia sido possível nos últimos 19 anos.

Sobre os agentes, reforça-se a necessidade de compreendermos a história da arquitetura e do urbanismo, como resultado de um conjunto amplo de personagens, que ainda carece de um exame mais localizado quanto a suas atuações profissionais e no ensino, corroborando com o apontamento de Segawa (2014). Naturalmente, com o aumento do número de arquitetos formados nas novas Faculdades e cursos a amostra desses agentes também cresceu. Chama atenção a renovação dos arquitetos presentes nas diretorias das entidades com o passar do tempo. Inicialmente, muitos se sobrepujam entre o IAB/SP e o SASP, especialmente. Contudo, a partir da década de 1980 há um descolamento maior dos agentes que passaram a ser diferentes nessas duas entidades – provavelmente reflexo da mudança de endereço e de buscas por iniciativas próprias do SASP. Quanto aos agentes da ABEA, inicialmente com diretorias enxutas, a Associação passou a integrar mais membros fora do âmbito paulista com o passar dos anos – adquirindo de fato uma configuração nacional. Deve-se destacar que mesmo a ABEA sendo uma Associação Brasileira, apenas no Estatuto de 1982 ela inicia a atuação por meio de núcleos regionais – efetivando sua presença em todo território nacional.

8. Considerações Finais

Sem os documentos e o acesso aos acervos das instituições profissionais, a narrativa construída sobre a história da profissão e da formação do arquiteto no período do Regime Militar certamente seria outra. Isso não significa que ela é a única narrativa possível ou verdadeira. Contudo, deve-se compreender as entidades como um dos poucos espaços de debate presentes à época e, portanto, fundamentais para o entendimento do período.

Os arquivos das Instituições, ainda que carentes de uma sistematização e por isso, desconhecidos, permitem a divulgação de suas ações e intenções, destacando a importância de seu papel para a construção do campo profissional. É provável que a sequência não uniforme das fontes seja consequência das oscilações entre momentos mais repressivos do Regime (como no final dos anos 1960) e momentos de maior abertura, como a retomada dos Congressos Brasileiros de Arquitetos em 1976, durante o momento de transição “lento, gradual e seguro”, conforme defendido no governo Geisel. Ao mesmo tempo, entende-se que a documentação se tornou mais restrita no início da década de 1980, quando a crise econômica se agravou, provavelmente, afastando os profissionais das instituições profissionais as quais, naquela época, buscavam sua identidade própria.

O olhar sobre os agentes presentes nas diretorias das instituições através dos documentos, por meio da Teoria Ator-Rede identificou um total de 217 arquitetos. Seguindo suas trajetórias, foi possível observar a permanência de mais de um arquiteto ocupando posições simultâneas nas diretorias entre 1972 e 1979, enquanto no período de 1980 a 1985 essa ocorrência passou a diminuir. Além da participação dos arquitetos nas diretorias, foram considerados seus nomes e sua presença nas reuniões de assembleia e organização de eventos, revelando que a parte de indivíduos excepcionais (que já são estudados nas biografias), muitos outros agentes foram responsáveis por conduzir as discussões relativas ao ensino e à atuação profissional no período. Sabe-se que as entidades por si mesmas não teriam seu papel registrado se não fosse a imagem dos agentes que estiveram nelas presentes e considerando esses diferentes agentes, abrem-se outras possibilidades de pesquisa.

Os documentos e as informações neles contidas como carimbos, endereços e datas tiveram papel importante também para identificação dos períodos de atuação conjunta, propiciados pelos agentes que ocupavam o mesmo espaço físico e as diretorias das instituições simultaneamente. Ou seja, para além das informações dos documentos em si, o olhar sobre eles como fonte permitiu a construção de uma análise pelos dois períodos – atuação conjunta (1973 – 1979) e busca por identidade (1980-1985).

Espera-se que a apresentação dos arquivos das instituições e da narrativa estabelecida a partir de suas fontes novas questões e novas narrativas possam ser construídas tanto para a história da profissão quanto da formação do arquiteto e urbanista para além deste recorte do Estado de São Paulo.

9. Referências

ALBUQUERQUE JR, D. M. de. A dimensão retórica da historiografia. *In*: PINSKY, C. B. & LUCA, T. R. de (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p 223-250.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Estatuto**. São Paulo: ABEA, 1982.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 23-79.

BRASIL. **Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966**. Regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5194.htm. Acesso em 19 abr. 2022.

CAMARGOS, Regina Coeli Moreira. **Estado e Empreiteiros no Brasil – Uma análise setorial**. 1993. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CARON, J. O. **Convênio IAB/SASP – Anexo 01**. São Carlos: Centro de Documentação Jorge Caron, 1974. 3p.

CARON, J. O. **[Correspondência] Carta – Convênio IAB/SASP**. São Paulo, jan. 1978. Carta.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, IX, 1976, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento São Paulo, 1976.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, X, 1979, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1979. Volume 02.

CRISE pode baixar qualidade de ensino na FAUS. **REVISTA PROJETO**. São Paulo: no 42, jul./ago. 1982, p.32.

DEDECCA, Paula Gorestein. Redes e Instituição: considerações historiográficas a partir da atuação do IAB. *In*: **Simpósio Arquitetura e Escrita: aproximações historiográficas**. Caderno de Resumos. FAUUSP: 2018.

_____. **Arquitetura e Engajamento: O IAB, o debate profissional e suas arenas transnacionais (1920 – 1970)**. 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

ESCOLAS terão associação nacional. **Jornal Arquiteto**. São Paulo, ano 72, nº 05, nov. 1972b, p.04.

GUANABARA (Estado). **Regimento Faculdade Nacional de Arquitetura**. Rio de Janeiro. 31 ago. 1945. 40p.

GUTIERREZ, E. J. B. A Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e os seus primeiros tempos (1973-1985) *In*: MONTEIRO, A. M. R. G. et al. **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de**



Arquitetura e Urbanismo. Brasília: ABEA, 2013. p 18-58.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, NÚCLEO SÃO PAULO. **Livro de Atas nº 06: de 1965 a 1970.** Arquivo Morto, Caixa nº 107. São Paulo, 1965-1970.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Regulamento do I Encontro Estadual de Arquitetos, 1977.** Arquivo Morto do IAB/SP. Caixa 003, 1977.

_____. **Atas das Assembleias do Conselho Diretor, 1979.** Arquivo Morto, Caixa nº 013 – Assembleias 1979. São Paulo, 1979.

_____. **Caixa 007 – Encontros Estaduais de Arquitetos.** São Paulo, 1977-1982.

JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. da S. (org.). **Nebulosas do Pensamento Urbanístico: tomo I – modos de pensar.** Salvador: EDUFBA, 2018.

JORNAL de Arquitetos para arquitetos. **Jornal Arquiteto.** São Paulo, ano 72, nº 01, jul. 1972a, p.01.

JORNAL Arquiteto Especial 20 anos. **Jornal Arquiteto.** São Paulo, ano 92.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. A memória evanescente. *In*: PINSKY, C. B. & LUCA, T. R. de (org.) **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015. p 09-28.

LATOURET, B. *Pc_epe_l bmmqma g_j 8sk _g rprbsa_~m_* teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LE GOFF, J. **História e Memória.** 7a edição. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

MELLO, B. C. E. de (org.). Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas (1973 – 2013). Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.

MENEZES, U. T. B de. Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *In*: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, V. 23, no 45, julho de 2003, p 11-36.

NAKANDAKARE, F. S. **O Instituto de Arquitetos do Brasil na disseminação da profissão do arquiteto moderno entre 1945 – 1969.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Universidade Estadual de Campinas, 2018.

NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da. **Nova história em perspectiva.** São Paulo: Cosac Naify, v. 1, 2011.

PINTO, G. A. **A prática do projeto no ensino de arquitetura: investigação sobre algumas experiências – São Paulo – 1958/1985.** Volume 01. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Planejamento). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – São Carlos, 1989.

UM balanço crítico das lutas pelo novo Currículo Mínimo. **Jornal Arquiteto – Projeto nº 11.** São Paulo, ano 77, p.21.

VIDOTTO, T. C. **O papel das instituições representativas dos arquitetos no Estado de São Paulo durante o Regime Militar (1964-1985).** Tese (Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Universidade Estadual de Campinas ,2020.

YANEVA, A. **Mapping Controversies in Architecture.** Routledge: Londres, 2012.



Taiana Car Vidotto

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Paulista (UNIP) de Campinas (2006). Concluiu mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Tecnologia e Cidade da UNICAMP (2014 e 2020) na Linha de Pesquisa de Arquitetura: fundamentos, tecnologia e projeto na temática de História da arquitetura e preservação arquitetônica, cujas pesquisas desenvolvidas se referem ao histórico do ensino, formação e atuação profissional dos arquitetos e urbanistas no Brasil, sobretudo a atuação desses profissionais em suas instituições representativas no Estado de São Paulo. Atua como professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Facens, em Sorocaba.

Contribuição de coautoria: Concepção; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição.

Ana Maria Reis de Goes Monteiro

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo e mestrado em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Doutorado pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Entre 2010 e 2012 foi Coordenadora de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Entre 2010 e 2015 foi representante da UNICAMP no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Campinas - CMDU. Desde 2012 é diretora da ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, sendo sua vice-presidente na gestão 2017-2019 e sua atual presidente (2020 - 2021). Entre 2016 e 2018 foi diretora do Centro de Memória (CMU/UNICAMP). Atua no programa Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP. Tem experiência na área de Teoria e Projeto nos seguintes temas: Formação de arquitetos e urbanistas, ensino de arquitetura, Arquitetura moderna brasileira, processo de projeto de arquitetura.

Contribuição de coautoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Redação - revisão e edição.

Como citar: VIDOTTO, Taiana Car; MONTEIRO, Ana Maria de Goes. Os arquivos do IAB/SP, SASP e ABEA como possibilidade de escrita da história da profissão do arquiteto e urbanista durante o Regime Militar (1964 – 1985). **Revista Paranoá**. n.32, jan/jun 2022. DOI 10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.15

Editores responsáveis: Maria Cristina da Silva Leme, Daniela Ortiz e Liz Sandoval.